



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:

(DO SR. DE VELASCO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dispõe sobre jogos de vídeo.

DESPACHO:

28/06/2000 - (ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, EM 14/08/00

| REGIME DE TRAMITAÇÃO |              |
|----------------------|--------------|
| ORDINÁRIA            |              |
| COMISSÃO             | DATA/ENTRADA |
| CECD                 | 15/8/2000    |
| CCJR                 | 10/11/2000   |
|                      | / /          |
|                      | / /          |
|                      | / /          |
|                      | / /          |

| PRAZO DE EMENDAS |        |         |
|------------------|--------|---------|
| COMISSÃO         | INÍCIO | TÉRMINO |
|                  | / /    | / /     |
|                  | / /    | / /     |
|                  | / /    | / /     |
|                  | / /    | / /     |
|                  | / /    | / /     |
|                  | / /    | / /     |

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

|                          |                                     |             |                |
|--------------------------|-------------------------------------|-------------|----------------|
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Deputada Maria Jansen               | Presidente: | Em: 24/8/2000  |
| Comissão de:             | Educação, Cultura e Desporto        |             |                |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Bispo Rodrigues                     | Presidente: | Em: 28/11/2000 |
| Comissão de:             | Constituição e Justiça e de Redação |             |                |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): |                                     | Presidente: | Em: / /        |
| Comissão de:             |                                     |             |                |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): |                                     | Presidente: | Em: / /        |
| Comissão de:             |                                     |             |                |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): |                                     | Presidente: | Em: / /        |
| Comissão de:             |                                     |             |                |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): |                                     | Presidente: | Em: / /        |
| Comissão de:             |                                     |             |                |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): |                                     | Presidente: | Em: / /        |
| Comissão de:             |                                     |             |                |





CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

1

|      |       |                          |        |      |              |     |      |                             |
|------|-------|--------------------------|--------|------|--------------|-----|------|-----------------------------|
| CASA | LOCAL | IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA |        |      | DATA DA AÇÃO |     |      | RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO |
| CD   | CECD  | Tipo                     | NÚMERO | ANO  | DIA          | MÊS | ANO  | Márcia                      |
|      |       | PL                       | 3289   | 2000 | 24           | 08  | 2000 |                             |

- Distribuído à Relatora, Dep. Marisa Serrano.

SGM 9 21 00 005 7 1 JUN 99



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

2

|      |       |                          |        |      |              |     |      |                             |
|------|-------|--------------------------|--------|------|--------------|-----|------|-----------------------------|
| CASA | LOCAL | IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA |        |      | DATA DA AÇÃO |     |      | RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO |
| CD   | CECD  | Tipo                     | NÚMERO | ANO  | DIA          | MÊS | ANO  | Márcia                      |
|      |       | PL                       | 3289   | 2000 | 17           | 10  | 2000 |                             |

- Parecer favorável da Relatora, Dep. Marisa Serrano.

SGM 9 21 00 005 7 1 JUN 99



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

3

|      |       |                          |        |      |              |     |      |                             |
|------|-------|--------------------------|--------|------|--------------|-----|------|-----------------------------|
| CASA | LOCAL | IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA |        |      | DATA DA AÇÃO |     |      | RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO |
| CD   | CECD  | Tipo                     | NÚMERO | ANO  | DIA          | MÊS | ANO  | Márcia                      |
|      |       | PL                       | 3289   | 2000 | 01           | 11  | 2000 |                             |

- Aprovação unânime do parecer favorável da Relatora, Dep. Marisa Serrano.  
- Aguarda remessa à CCJR.

SGM 9 21 00 005 7 1 JUN 99



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

4

|      |       |                          |        |      |              |     |      |                             |
|------|-------|--------------------------|--------|------|--------------|-----|------|-----------------------------|
| CASA | LOCAL | IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA |        |      | DATA DA AÇÃO |     |      | RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO |
| CD   | CECD  | Tipo                     | NÚMERO | ANO  | DIA          | MÊS | ANO  | 4ª Luíza                    |
|      |       | PL                       | 3.289  | 2000 | 10           | 11  | 2000 |                             |

- Encaminhado à CCJR.

SGM 9 21 00 005 7 1 JUN 99





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.289, DE 2000  
(DO SR. DE VELASCO)

Dispõe sobre jogos de vídeo.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de jogos de vídeo que incentivem a violência contra a coisa, animal ou pessoa, em que o jogador figura no primeiro plano, ou como parte integrante das cenas do jogo, representada por um ou mais dos opositores, oponentes ou contendores.

Parágrafo Único - Entende-se como "primeiro plano" aquele em que o "jogador" "vê-se" representado pelos braços ou mãos que empunham as armas ou acessórios que fazem parte do jogo. Esta técnica é conhecida também como "cenas em primeira pessoa".

Art. 2º Os estabelecimentos de lazer que, por meio de fichas ou qualquer outro, dêem acesso às máquinas de jogos eletrônicos, dos proibidos por essa Lei, incorrem na mesma sanções.

Parágrafo Único - Aqueles que já têm em funcionamento máquinas de jogos eletrônicos que se enquadrem nos previstos no Art. 1º desta Lei, têm 30 dias para retirarem-nas de seus estabelecimentos, ou trocar sua programação, adequando-as ao estabelecido nesta Lei.

Art. 3º A violação do disposto nesta Lei implicará as seguintes sanções:



CÂMARA DOS DEPUTADOS



I – multa no valor correspondente ao dobro do preço cobrado pela mercadoria;

II – suspensão das atividades comerciais por até 30 (trinta dias) no caso de reincidência;

III – fechamento do estabelecimento, se, após a aplicação da pena prevista no inciso anterior, o comerciante voltar a reincidir.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a data de sua população.

### JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem como objetivo proibir os jogos de vídeo em que o jogador aparece em primeiro plano. Hoje os jovens usam este jogo de uma forma extremamente pessoal, pois a impressão que se tem é que se atingiu a pessoa do vídeo de forma direta. Isto incentiva a criminalidade, pois é uma espécie de estágio à ela.

A agressividade vislumbrada neste tipo de jogo é uma grande preocupação. Não se deve incentivar os jovens a treinarem a criminalidade nos jogos de vídeo.

Desse modo, apresentamos este Projeto para cuja aprovação contamos com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 27 de Junho de 2000.

  
Deputado DE VELASCO



Lote: 80 Caixa: 138  
PL N° 3289/2000  
4

|                     |                   |
|---------------------|-------------------|
| PLENÁRIO - RECEBIDO |                   |
| Em                  | 27/06/00 às 14:23 |
| Nome                | pedro             |
| Ponto               | 3290              |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 3.289, DE 2000

Nos termos do art. 119, "caput", I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 29 de agosto de 2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, 05 de setembro de 2000

  
Carla Rodrigues de Medeiros  
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

**PROJETO DE LEI Nº 3289, DE 2000**

Dispõe sobre jogos de video.

**AUTOR:** Deputado DE VELASCO

**RELATORA:** Deputada MARISA SERRANO

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado DE VELASCO propõe a coibição e o controle legal de certas formas de jogos de video em que o jogador se situa na posição de autor ou de um dos co-autores da ação.

De acordo com as normas regimentais da Casa, o PL em epigrafe chega, sem emendas, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto para exame da matéria quanto ao mérito educacional e cultural.





## II - VOTO DA RELATORA

Vivemos, inquestionavelmente, numa era eletrônica computadorizada. A parafernália de objetos, máquinas e procedimentos que se valem da informática e de seus produtos eletrônicos fazem parte da vida cotidiana de todos, sem exceção. E é necessário reconhecer o quanto de benefício essa era nos trás - na produção, no consumo, na saúde, na economia, na educação, no lazer, e assim por diante, para não falar das revolucionárias celeridade e eficiência nos processos informacionais e de comunicação.

Contudo, a par desse lado benéfico, há que se reconhecer que a sociedade computadorizada, sorrateiramente, introduziu na vida das pessoas, sobretudo dos jovens, uma paixão, frequentemente sem limites, por diversões e jogos. Claro que há diversões e jogos sadios. Mas há também aqueles que comprovadamente viciam ou incitam à violência. (Lembre-se aqui, por oportuno, a recente declaração de um jovem que se encontra preso em São Paulo, de que ao atirar, ferir e matar dentro de um cinema, pensou estar diante de uma tela de jogo de vídeo - como autor da ação, evidentemente. E o referido jovem, formando de medicina, de família estruturada, de classe média, com lastro cultural, mesmo que venha a ser considerado psicopata, e, antes de tudo, uma vítima da avassaladora onda de violência incitada por certos jogos eletrônicos de vídeo).

A proposta do ilustre parlamentar DE VELASCO tem grande mérito educacional e cultural, pois tem como objetivo coibir e controlar, pela força da lei, os jogos de vídeo com temas violentos, cujas ações coloquem o jogador no primeiro plano (autor ou co-autor da ação).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O projeto contém algumas imperfeições de técnica legislativa, inclusive de redação, que, tenho certeza, serão objeto de apreciação e correção por parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Diante do exposto, e considerando mais uma vez o mérito da proposta quanto a contribuir para o aperfeiçoamento educacional e cultural do nosso povo, sobretudo da nossa juventude, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3289, de 2000, do nobre Deputado DE VELASCO.

Sala da Comissão, em 1 de novembro de 2000.

  
Deputada MARISA SERRANO  
Relatora

01014500.072  
CDCLPA33



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 3.289, DE 2000

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 3.289/2000, nos termos do parecer da Relatora, Deputada Marisa Serrano.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Pedro Wilson, Presidente; Gilmar Machado, Marisa Serrano e Nelo Rodolfo, Vice-Presidentes; Agnelo Queiroz, Átila Lira, Eurico Miranda, Flávio Arns, João Matos, Jonival Lucas Júnior, Luis Barbosa, Osvaldo Biolchi, Zezé Perrella, Clementino Coelho, Lídia Quinan e Professor Luizinho.

Sala da Comissão, em 1 de novembro de 2000



Deputado Pedro Wilson  
Presidente



**\*PROJETO DE LEI Nº 3.289-A, DE 2000**  
(DO SR. DE VELASCO)

Dispõe sobre jogos de vídeo; tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto pela aprovação (relatora: DEP. MARISA SERRANO).

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

*\*Projeto inicial publicado no DCD de 29/06/00*

**PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

**S U M Á R I O**

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.289-A, DE 2000** (DO SR. DE VELASCO)

Dispõe sobre jogos de vídeo.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

### **S U M Á R I O**

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto:

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Publique-se.

Em 09/12/2000

Presidente

Ofício nº P-549/2000

Brasília, 1 de novembro de 2000

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a aprovação do PROJETO DE LEI Nº 3.289/2000 – do Sr. De Velasco - que "dispõe sobre jogos de vídeo", para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente,

Deputado Pedro Wilson  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Deputado MICHEL TEMER  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA.

Lote: 80  
Caixa: 138  
PL N° 3289/2000  
12

alexandra  
ccp  
07/12/00  
18  
3920100 c  
19.11  
5560





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 3.289/00

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 05/12/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2000.

  
SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA  
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.289, DE 2.000

Dispõe sobre jogos de vídeo.

Autor: Deputado De Velasco

Relator: Deputado Bispo Rodrigues

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.289, de 2.000, de autoria do ilustre Deputado De Velasco, pretende tornar defeso o acesso e a comercialização de jogos de vídeo que incentivam a violência, porque dão ao jogador a impressão de ser o autor ou o co-autor de atos agressivos.

A proposição foi submetida ao juízo das Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição, Justiça e de Redação, esta, para os fins do art. 54 c.c. o art. 24, II, do R.I.C.D.

Da primeira Comissão, de mérito, mereceu aprovação, nos termos do voto do Relator, sem receber qualquer emenda e, nesta fase, encontra-se sob deliberação da C.C.J.R. para exame de sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional.

É o relatório.

30031





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### II - VOTO DO RELATOR

Sem adentrar no mérito da proposição em exame, muito bem tratado no voto do relator da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, consigno que, quanto aos pré-requisitos indispensáveis ao seu trâmite regular nesta Casa, o Projeto de Lei em epígrafe observa as exigências para o seu regular processamento.

Com efeito, a par de competir a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional a iniciativa legislativa sobre a matéria da proposição em questão (ex vi art. 61, caput, da C.F.), essa não conflita com quaisquer princípios ou disposições da Constituição da República, estando, ainda, em perfeita adequação com o ordenamento infraconstitucional vigente.

Entretanto, quanto à técnica legislativa e redacional com que foi elaborada, a proposição está a merecer reparos, o que se fará, via Substitutivo.

Face ao acima exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.289, de 2.000, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2.001.

Deputado Bispo Rodrigues

Relator.

013148.166

30031



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.289, DE 2.000**

Dispõe sobre os jogos de vídeo e dá  
outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de jogos de vídeo ou similares que incentivem a violência contra a coisa, animal ou pessoa, nos quais o jogador se situe na posição de autor ou co-autor da ação, representada por braços ou mãos que empunham as armas ou acessórios que fazem parte do jogo.

Art. 2º. Os estabelecimentos de acesso ao público que possuem em funcionamento máquinas de jogos eletrônicos que se enquadrem nas vedações previstas no art. 1º, deverão desativar esses equipamentos ou trocar a sua programação, adequando-a ao estabelecido por esta lei.

Art. 3º A violação do disposto nesta lei implicará as seguintes sanções:

I - multa no valor correspondente ao dobro do preço do equipamento;

II - suspensão das atividades comerciais por trinta dias em caso de reincidência; e

III - encerramento das atividades do estabelecimento na segunda reincidência.

31050



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 4º Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2001.

  
Deputado Bispo Rodrigues  
Relator

013148 166

31050





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 3.289-A, DE 2000

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 3.289-A/00, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bispo Rodrigues.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão - Presidente, Zenaldo Coutinho e Osmar Serraglio, Vice-Presidentes, Alceu Collares, Aldir Cabral, André Benassi, Bispo Rodrigues, Coriolano Sales, Custódio Mattos, Dr. Antonio Cruz, Edmar Moreira, Fernando Coruja, Geraldo Magela, Iédio Rosa, Jaime Martins, José Antonio Almeida, José Dirceu, José Genoíno, José Roberto Batochio, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Mendes Ribeiro Filho, Moroni Torgan, Murilo Domingos, Nelson Marchezan, Ney Lopes, Paes Landim, Paulo Magalhães, Sérgio Carvalho, Vicente Arruda, Átila Lins, Cleonânio Fonseca, Domiciano Cabral, Dr. Benedito Dias, Freire Júnior, Jairo Carneiro, Léo Alcântara, Luis Barbosa, Mauro Benevides, Nelo Rodolfo, Odílio Balbinotti, Osvaldo Reis, Ricardo Rique, Roberto Balestra e Wagner Rossi.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2001

Deputado INALDO LEITÃO  
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**PROJETO DE LEI Nº 3.289-A, DE 2000**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO – CCJR**

Dispõe sobre os jogos de vídeo e da  
outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de jogos de vídeo ou similares que incentivem a violência contra a coisa, animal ou pessoa, nos quais o jogador se situe na posição de autor ou co-autor da ação, representada por braços ou mãos que empenham as armas ou acessórios que fazem parte do jogo.

Art. 2º Os estabelecimentos de acesso ao público que possuem em funcionamento máquinas de jogos eletrônicos que se enquadrem nas vedações previstas no art. 1º, deverão desativar esses equipamentos ou trocar a sua programação, adequando-a ao estabelecido por esta lei.

Art. 3º A violação do disposto nesta lei implicará as seguintes sanções:

- I – multa no valor correspondente ao dobro do preço do equipamento;
- II – suspensão das atividades comerciais por trinta dias em caso de reincidência; e
- III – encerramento das atividades do estabelecimento na segunda reincidência.

Art. 4º Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2001

  
Deputado INALDO LEITÃO  
Presidente



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.289-B, DE 2000** (DO SR. DE VELASCO)

Dispõe sobre jogos de vídeo; tendo pareceres: da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (relatora: DEP. MARISA SERRANO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: DEP. BISPO RODRIGUES).

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

## **S U M Á R I O**

### **I - Objeto Inicial**

### **II - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto:**

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão

### **III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:**

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão



**\*PROJETO DE LEI Nº 3.289-B, DE 2000  
(DO SR. DE VELASCO)**

Dispõe sobre jogos de vídeo; tendo pareceres: da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (relatora: DEP. MARISA SERRANO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: DEP. BISPO RODRIGUES).

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II

*\*Projeto inicial publicado no DCD de 29/06/00*

*- Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto publicado no DCD de 02/11/00*

**● PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**S U M Á R I O**

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI N° 3.289-C, DE 2000

Dispõe sobre os jogos de vídeo e dá  
outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de jogos de vídeo ou similares que incentivem a violência contra coisa, animal ou pessoa, nos quais o jogador se situe na posição de autor ou co-autor da ação, representada por braços ou mãos que empunham as armas ou acessórios que fazem parte do jogo.

Art. 2º Os estabelecimentos de acesso ao público que possuem em funcionamento máquinas de jogos eletrônicos que se enquadrem nas vedações previstas no art. 1º deverão desativar esses equipamentos ou trocar a sua programação, adequando-a ao estabelecido por esta Lei.

Art. 3º A violação do disposto nesta Lei implicará as seguintes sanções:

I - multa no valor correspondente ao dobro do preço do equipamento;

II - suspensão das atividades comerciais por trinta dias em caso de reincidência; e

III - encerramento das atividades do estabelecimento na segunda reincidência.

4




CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 4º Esta Lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 09. 04. 2002

  
Deputado NEY LOPES  
Presidente

  
Deputado LEO ALCÂNTARA  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 3.289-C, DE 2000

#### REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente a Redação Final oferecida pelo Relator, Deputado Léo Alcântara, ao Projeto de Lei nº 3.289-B/00.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Ney Lopes - Presidente, Léo Alcântara - Vice-Presidente, José Roberto Batocchio, Regis Cavalcante, Fernando Coruja, Ricardo Ferraço, Bispo Rodrigues, Oliveira Filho, Bispo Wanderval, Lincoln Portela, Aldo Arantes, José Antonio Almeida, Djalma Paes, Wanderley Martins, Aldir Cabral, Iédio Rosa, Paulo Magalhães, Robson Tuma, Jairo Carneiro, Coriolano Sales, Dr. Antonio Cruz, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Osmar Serraglio, Renato Vianna, Maria Lúcia, Mauro Benevides, Augusto Farias, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Cleonânicio Fonseca, Dilceu Sperafico, Wagner Salustiano, Aloysio Nunes Ferreira, André Benassi, Inaldo Leitão, Sérgio Carvalho, Vicente Arruda, Luiz Piauhyllino, Odílio Balbinotti, Wilson Santos, Asdrubal Bentes, José Genoíno, Luiz Eduardo Greenhalgh, Gilmar Machado e Nelson Trad.

Sala da Comissão, em 09 de abril de 2002

  
Deputado NEY LOPES  
Presidente

PS-GSE/211/02

Brasília, 24 de abril de 2002

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 3.289, de 2000, da Câmara dos Deputados, que "Dispõe sobre os jogos de vídeo e dá outras providências", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,



Deputado SEVERINO CAVALCANTI  
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor  
Senador CARLOS WILSON  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
N E S T A



Dispõe sobre os jogos de vídeo e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de jogos de vídeo ou similares que incentivem a violência contra coisa, animal ou pessoa, nos quais o jogador se situe na posição de autor ou co-autor da ação, representada por braços ou mãos que empunham as armas ou acessórios que fazem parte do jogo.

Art. 2º Os estabelecimentos de acesso ao público que possuem em funcionamento máquinas de jogos eletrônicos que se enquadrem nas vedações previstas no art. 1º deverão desativar esses equipamentos ou trocar a sua programação, adequando-a ao estabelecido por esta Lei.

Art. 3º A violação do disposto nesta Lei implicará as seguintes sanções:

I - multa no valor correspondente ao dobro do preço do equipamento;

II - suspensão das atividades comerciais por trinta dias em caso de reincidência; e

III - encerramento das atividades do estabelecimento na segunda reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 24 de abril de 2002





| CÂMARA DOS DEPUTADOS<br>SEÇÃO DE SINOPSE  |  | PROJETO DE LEI N.º 3.289 | de 2000. | A U T O R                      |
|---|--|--------------------------|----------|--------------------------------|
| E M E N T A<br>Dispõe sobre jogos de vídeo.<br>(Proibindo a comercialização de jogos eletrônicos de vídeo que incentivem a violência, em que o jogador figura no primeiro plano, isto é, vê-se representado pelas mãos ou braços que empunham armas ou acessórios que fazem parte do jogo). |  |                          |          | DE VELASCO<br>(PSL-SP)         |
| A N D A M E N T O   |  |                          |          | Sancionado ou promulgado       |
|   |  |                          |          |                                |
| 27.06.00  | <u>PLENÁRIO</u><br>Apresentação e leitura do Projeto.  |                          |          | Publicado no Diário Oficial de |
|   |  |                          |          |                                |
| 28.06.00  | <u>MESA</u><br>Despacho: Às Comissões de Educação, Cultura e Desporto; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) - Art. 24, II.<br>DCD 29/06/00, pág. 35694, col. 01.                           |                          |          | Vetado                         |
|   |  |                          |          |                                |
| 15.08.00  | <u>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES</u><br>Encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto.   |                          |          | Razões do veto-publicadas no   |
|   |  |                          |          |                                |
| 24.08.00  | <u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u><br>Distribuído a relatora, Dep. MARISA SERRANO.  |                          |          |                                |
|   |  |                          |          |                                |
| 29.08.00  | <u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u><br>Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.   |                          |          |                                |
|   |  |                          |          |                                |
| 05.09.00  | <u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u><br>Não foram apresentadas emendas.   |                          |          |                                |
|   |  |                          |          |                                |
| 17.10.00  | <u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u><br>Parecer favorável da relatora, Dep. MARISA SERRANO.   |                          |          |                                |
|   |  |                          |          |                                |
| 01.11.00  | <u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u><br>Aprovado unanimemente o parecer favorável da relatora, Dep. MARISA SERRANO:<br>(PL 3.289-A/00).<br>DCD 02/11/00, Pág. 53850, Col. 02 VIDE VERSO ..... |                          |          |                                |

- 10.11.00 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.
- 28.11.00 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
Distribuído ao relator, Dep. BISPO RODRIGUES.
- 05.12.00 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.
- 11.12.01 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. BISPO RODRIGUES, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.
- 20.02.02 MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)  
É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.  
(PL 3.289-B/00).
- 12.03.02 MESA  
Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de: 12 a 18.03.02.
- 19.03.02 MESA  
Of. SGM-P 164/02, à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da redação final, nos termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, II do RI.
- 21.03.02 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
Distribuído ao relator, Dep. LEO ALCANTARA.

## ANDAMENTO

09.04.02

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
Aprovação unânime da redação final, oferecida pelo Dep Léo Alcântara.  
(PL. 3289-C/00)

MESA

Remessa ao SF através do Of PS-GSE/



O conteúdo  
é do PL 3050/00



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.289-B, DE 2000 (Do Sr. De Velasco)

Dispõe sobre jogos de vídeo; tendo pareceres: da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (relatora: DEP. MARISA SERRANO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: DEP. BISPO RODRIGUES).

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

### SUMÁRIO

#### I - Projeto Inicial

#### II - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto:

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão

#### III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

*Republicar* *OK*



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a apresentação, em todas as contas de prestação dos serviços de energia elétrica, do número do telefone de atendimento da Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Art. 2º É obrigatória a apresentação, em todas as contas de prestação de serviços de energia elétrica, do número do telefone de atendimento da Ouvidoria da ANEEL, para o encaminhamento das reclamações e sugestões dos consumidores desse serviço público.

Parágrafo único. A informação constante do *caput* deste artigo deverá estar apresentada em local de destaque, de maneira a permitir a fácil visualização por parte dos consumidores.

Art. 3º As concessionárias dos serviços públicos de energia elétrica que descumprirem o disposto nesta Lei serão multadas em valor equivalente a vinte Unidades Fiscais de Referência (UFIR) por conta em que não constem as informações requeridas, fazendo-se a cobrança em dobro, no caso de reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitas vezes, ao serem lesados em seus direitos, os consumidores brasileiros não apresentam reclamações, não por serem conformistas ou acomodados, mas simplesmente por não saberem a quem devem dirigir-se para fazerem suas queixas.

Isto se dá, em boa parte, por culpa do próprio Estado, a quem cabe a tarefa de fiscalização das relações de consumo em nosso país, que não dispõe de quadros suficientes para realizar sua missão e, como não cria qualquer incentivo nesse campo, também não conta com a boa vontade dos consumidores para auxiliá-lo nesse mister, com sua fiscalização voluntária.

ESTE TEXTO  
É DO PL 3050/00



Cremos que através de nossa proposição, estabelecendo a obrigatoriedade da apresentação à população de um número telefônico para o oferecimento de queixas a respeito das muitas irregularidades hoje existentes nos serviços de fornecimento de energia elétrica, estaremos oferecendo a todos os brasileiros não apenas um meio para ajudá-los a encontrar um canal apropriado para apresentarem suas reclamações e sugestões, como também criando um mecanismo que estimule nossa população a auxiliar o governo a defender os direitos dos consumidores e, finalmente, fortalecendo a noção de cidadania em nosso país.

Por todas essas razões, vimos pedir o decidido apoio de nossos pares nesta Casa para a rápida transformação de nossa proposição em Lei.

Sala das Sessões, em 18 de Maio de 2000.

Deputado ANTONIO JORGE

|  |  |         |    |
|--|--|---------|----|
| EMENDA Nº  |  | 0130    |    |
| PROJETO DE LEI Nº  |  | 3050/00 |    |
| USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO                                |  |         |    |
| COMISSÃO DE DEFESA E CONSUMIDOR MEIO AMBIENTE E MINORIAS |  |         |    |
| AUTOR DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS                      |  | PARTIDO | UF |
|  |  | PFL     | MG |
|  |  | PAGINA  |    |
|  |  |         |    |
| TEXTO/JUSTIFICAÇÃO                                       |  |         |    |

Dê-se ao art. 1º do projeto de Lei Nº 3.050/2000 a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a apresentação, em todas as contas de prestação dos serviços de energia elétrica, do número do telefone de atendimento do serviço de ouvidoria à disposição do consumidor.

Parágrafo Único. É considerado serviço de ouvidoria à disposição do consumidor aquele existente na concessionária de energia elétrica ou nas agências estaduais ou federal de fiscalização das concessões.



## JUSTIFICATIVA

Os consumidores descontentes com o serviço de fornecimento de energia elétrica, ou interessados em apresentar sugestões para melhoria do serviço, tem a sua disposição a ouvidoria da ANEEL. No entanto, é nosso entendimento que o primeiro passo a ser seguido é o da tentativa de solução do problema ou encaminhamento de sugestões, junto à ouvidoria da própria empresa distribuidora. Alguns estados possuem ainda, agências estaduais de fiscalização da concessão, que por sua vez também oferecem este serviço. O recurso à ANEEL deve ser atendido como de última instância, pois se os consumidores se dirigissem diretamente à ANEEL, sem tentar solucionar o impasse em níveis inferiores, certamente congestionariam o atendimento, ou causariam a necessidade de acréscimos de recursos humanos e materiais, naquele Órgão. A proposta caminha, portanto, no sentido da descentralização do atendimento ao consumidor.

Sala das Comissões,

08/08/00  
DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

## PROJETO DE LEI Nº 3.050/2000

Nos termos do Art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas (5 sessões), no período de 02/08/2000 a 08/08/2000. Esgotado o prazo, foi apresentada 1 (uma) emenda ao projeto.

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 2000.

Aurenilton Araruna de Almeida  
Secretário



## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em apreciação obriga as concessionárias dos serviços públicos de energia elétrica a fazerem constar o número do telefone de atendimento da Ouvidoria da ANEEL, nas contas de prestação de serviços enviadas aos consumidores, e estabelece multa aos infratores. Na justificação da proposta, o Autor sustenta que muitas vezes o consumidor não sabe a quem se dirigir para encaminhar suas reclamações e que, portanto, a disponibilização e a divulgação do telefone da Ouvidoria da ANEEL, ou seja, de um número de telefone especialmente destinado a receber queixas e sugestões, tornará claro a quem o consumidor deve reclamar, incentivando-o, dessa forma, a fiscalizar os serviços que recebe.

No prazo regimental, a proposição recebeu uma emenda, que a modifica, ao permitir que, nas contas apresentadas ao consumidor, conste unicamente o número de telefone de Ouvidorias administradas pelas empresas concessionárias, ou pelas agências estaduais ou federal de fiscalização das concessões. Para o Autor da emenda, a Ouvidoria da ANEEL deve ser o último recurso do consumidor, que deve tentar resolver seu problema, primeiramente, junto à concessionária, evitando, assim, um congestionamento no atendimento da Ouvidoria da ANEEL.

## II - VOTO DO RELATOR

A proposição em exame é extremamente oportuna. Devido ao processo de privatização dos serviços públicos de telecomunicações, torna-se imprescindível sua fiscalização pelo Estado. Ocorre que a capacidade de o Estado fiscalizar qualquer coisa vem diminuindo cada vez mais; daí a necessidade de se disponibilizar ao cidadão e ao consumidor instrumentos que lhes permitam ser agentes ativos na função de zelar pela boa prestação desses serviços.

A Ouvidoria, órgão cuja função principal é recepcionar e encaminhar as queixas e sugestões dos clientes de determinada organização, é, cada vez mais, utilizada por empresas e



órgãos públicos, no mundo todo, como um canal eficaz de comunicação com seus consumidores e usuários, pois facilita o conhecimento e o atendimento das necessidades do cliente, o que é, sem dúvida, bom para o cliente e para a organização.

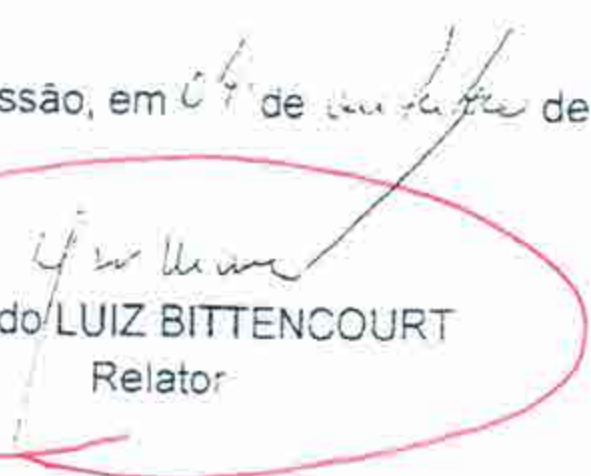
A emenda apresentada, como o projeto, obriga a fazer constar das contas o número do telefone da Ouvidoria. No entanto, de acordo com a emenda, o número a ser divulgado seria o da Ouvidoria da empresa concessionária ou, na falta deste, o do órgão estadual ou federal de fiscalização.

Logo, se adotada a emenda, seria possível que constasse nas contas somente o número da Ouvidoria das concessionárias. Dessa forma, a ANEEL não tomaria conhecimento de todas as queixas e sugestões dos consumidores e, conseqüentemente teria reduzida sua capacidade de intervir, no sentido de resolver os problemas existentes. Em nossa opinião, é fundamental que a ANEEL receba diretamente as reclamações e sugestões, pois, só assim estará apta a tomar decisões acertadas e tempestivas.

Além do mais, o projeto em exame não proíbe que a empresa concessionária divulgue o número de telefone de sua Ouvidoria nas contas enviadas ao consumidor.

Pelas razões acima enunciadas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.050, de 2000 e pela rejeição da emenda apresentada.

Sala da Comissão, em 04 de outubro de 2000.

  
Deputado LUIZ BITTENCOURT  
Relator

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU unanimemente o Projeto de Lei nº 3.050/2000 e rejeitou a emenda apresentada na Comissão, nos termos do parecer do relator, Deputado Luiz Bittencourt.



Estiveram presentes os Senhores Deputados, Salatiel Carvalho, Presidente, Celso Russomanno, Paulo Gouvea e Arlindo Chinaglia. Vice-Presidentes, Badu Picanço, Itamar Serpa, Márcio Bittar, Ricarte de Freitas, Sebastião Madeira, José Borba, Luiz Bittencourt, Expedito Júnior, Ronaldo Vasconcellos, Tilden Santiago, Fernando Gabeira, Fernando Zuppo, Pastor Valdeci Paiva, Vanessa Grazziotin, Xico Graziano, Silas Brasileiro, Euler Ribeiro, Pedro Pedrossian, Marcos Afonso, Alcione Athayde e Fernando Coruja.

Saía da Comissão, em 18 de outubro de 2000

  
Deputado SALATIEL CARVALHO (PMDB-PE)  
Presidente

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 3.050-A/00

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 05/12/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2000.

  
SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA  
Secretário



## I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado ANTÔNIO JORGE, tem por escopo tornar obrigatória a impressão do número do telefone de atendimento da Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em todas as contas de prestação de energia elétrica do país.

Determina que o número do telefone referido deverá ser colocado em local de destaque, de maneira a permitir a fácil visualização por parte dos consumidores.

Por fim, estabelece multa às concessionárias dos serviços públicos de energia elétrica que descumprirem o disposto na lei, equivalente a vinte Unidades Fiscais de Referência (UFIR) por conta em que não constem as informações requeridas, estipulando-se a cobrança em dobro em caso de reincidência.

Em sua justificação, o nobre autor ressalta que "muitas vezes, ao serem lesados em seus direitos, os consumidores brasileiros não apresentam reclamações, não por serem conformistas ou acomodados, mas simplesmente por não saberem a quem devem dirigir-se para fazerem suas queixas.

Acredita que a proposição está "oferecendo a todos os brasileiros não apenas um meio para ajudá-los a encontrar um canal apropriado para apresentarem suas reclamações e sugestões, como também criando um mecanismo que estimule nossa população a auxiliar o governo a defender os direitos dos consumidores e, finalmente, fortalecendo a noção de cidadania em nosso país."

A matéria é de competência conclusiva das comissões. Foi apreciada, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias que a aprovou.

Decorrido o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, III, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.050, de 2000.



O projeto atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar. Também foram respeitadas as demais normas constitucionais de cunho material.

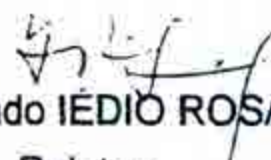
No que se refere ao aspecto de juridicidade, há de se afirmar que o projeto foi elaborado em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor.

A técnica legislativa e a redação empregadas no texto da proposição nos parecem acertadas, estando plenamente em acordo com o mandamento da Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata das regras de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.050, de 2000.

É o parecer, s.m.j.

Sala da Comissão, em 6 de maio de 2001.

  
Deputado IÉDIO ROSA  
Relator

### III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.050-A/00, nos termos do parecer do Relator, Deputado Iédio Rosa.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão - Presidente, Zenaldo Coutinho e Osmar Serraglio, Vice-Presidentes, Alceu Collares, Aldir Cabral, André Benassi,

Bispo Rodrigues, Coriolano Sales, Custódio Mattos, Dr. Antonio Cruz, Edmar Moreira, Fernando Coruja, Geraldo Magela, Iédio Rosa, Jaime Martins, José Antonio Almeida, José Dirceu, José Genoíno, José Roberto Batochio, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Mendes Ribeiro Filho, Moroni Torgan, Murilo Domingos, Nelson Marchezan, Ney Lopes, Paes Landim, Paulo Magalhães, Sérgio Carvalho, Vicente Arruda, Átila Lins, Cleonânio Fonseca, Domiciano Cabral, Dr. Benedito Dias, Freire Júnior, Jairo Carneiro, Léo Alcântara, Luis Barbosa, Mauro Benevides, Nelo Rodolfo, Odílio Balbinotti, Osvaldo Reis, Ricardo Rique, Roberto Balestra e Wagner Rossi.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2001



Deputado INALDO LEITÃO  
Presidente

Lote: 80  
Caixa: 138  
PL Nº 3289/2000  
34





Caixa: 138

Lote: 80

PL N° 3289/2000

35





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI (\*) Nº 3.289-B, DE 2000 (Do Sr. De Velasco)

Dispõe sobre jogos de vídeo; tendo pareceres: da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (relatora: DEP. MARISA SERRANO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: DEP. BISPO RODRIGUES).

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

### SUMÁRIO

#### I - Projeto Inicial

#### II - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto:

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão

#### III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

(\*) Republicado em virtude de incorreções no avulso anterior

*Continuação  
com  
anexo*



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a apresentação, em todas as contas de prestação dos serviços de energia elétrica, do número do telefone de atendimento da Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Art. 2º É obrigatória a apresentação, em todas as contas de prestação de serviços de energia elétrica, do número do telefone de atendimento da Ouvidoria da ANEEL, para o encaminhamento das reclamações e sugestões dos consumidores desse serviço público.

Parágrafo único. A informação constante do *caput* deste artigo deverá estar apresentada em local de destaque, de maneira a permitir a fácil visualização por parte dos consumidores.

Art. 3º As concessionárias dos serviços públicos de energia elétrica que descumprirem o disposto nesta Lei serão multadas em valor equivalente a vinte Unidades Fiscais de Referência (UFIR) por conta em que não constem as informações requeridas, fazendo-se a cobrança em dobro, no caso de reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitas vezes, ao serem lesados em seus direitos, os consumidores brasileiros não apresentam reclamações, não por serem conformistas ou acomodados, mas simplesmente por não saberem a quem devem dirigir-se para fazerem suas queixas.

Isto se dá, em boa parte, por culpa do próprio Estado, a quem cabe a tarefa de fiscalização das relações de consumo em nosso país, que não dispõe de quadros suficientes para realizar sua missão e, como não cria qualquer incentivo nesse campo, também não conta com a boa vontade dos consumidores para auxiliá-lo nesse mister, com sua fiscalização voluntária.

Caixa: 138  
Lote: 80  
PL N° 3289/2000  
36



**PROJETO DE LEI**  
**Nº 3.050-B, DE 2000**  
(Do Sr. Antonio Jorge)

Toma obrigatória a impressão, em todas as contas de energia elétrica, do número do telefone de atendimento da Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação deste e pela rejeição da emenda apresentada na Comissão (relator: Dep. LUIZ BITTENCOURT); da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. IÉDIO ROSA).

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II))

**SUMÁRIO**

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias:

- emenda apresentada na Comissão
- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de jogos de vídeo que incentivem a violência contra a coisa, animal ou pessoa, em que o jogador figura no primeiro plano, ou como parte integrante das cenas do jogo, representada por um ou mais dos opositores, oponentes ou contendores.

Parágrafo Único - Entende-se como "primeiro plano" aquele em que o "jogador" "vê-se" representado pelos braços ou mãos que empunham as armas ou acessórios que fazem parte do jogo. Esta técnica é conhecida também como "cenas em primeira pessoa".

Art. 2º Os estabelecimentos de lazer que, por meio de fichas ou qualquer outro, dêem acesso às máquinas de jogos eletrônicos, dos proibidos por essa Lei, incorrem na mesma sanções.

Parágrafo Único - Aqueles que já têm em funcionamento máquinas de jogos eletrônicos que se enquadrem nos previstos no Art. 1º desta Lei, têm 30 dias para retirarem-nas de seus estabelecimentos, ou trocar sua programação, adequando-as ao estabelecido nesta Lei.

Art. 3º A violação do disposto nesta Lei implicará as seguintes sanções.

I - multa no valor correspondente ao dobro do preço cobrado pela mercadoria;

II - suspensão das atividades comerciais por até 30 (trinta dias) no caso de reincidência;

III - fechamento do estabelecimento, se, após a aplicação da pena prevista no inciso anterior, o comerciante voltar a reincidir.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.

#### JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem como objetivo proibir os jogos de vídeo em que o jogador aparece em primeiro plano. Hoje os jovens usam este jogo de uma forma extremamente pessoal, pois a



A agressividade vislumbrada neste tipo de jogo é uma grande preocupação. Não se deve incentivar os jovens a treinarem a criminalidade nos jogos de vídeo.

Desse modo, apresentamos este Projeto para cuja aprovação contamos com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 27 de Junho de 2000.

  
Deputado DE VELASCO

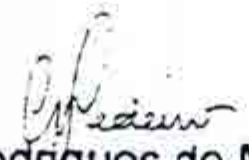
## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 3.289, DE 2000

Nos termos do art. 119, "caput", I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 29 de agosto de 2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, 05 de setembro de 2000

  
Carla Rodrigues de Medeiros  
Secretária

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado DE VELASCO propõe a coibição e o controle legal de certas formas de jogos de vídeo em que o jogador se situa na posição de autor ou de um dos co-autores da ação.

De acordo com as normas regimentais da Casa, o PL em epígrafe chega, sem emendas, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto para exame da matéria quanto ao mérito educacional e cultural.



impressão que se tem é que se atingiu a pessoa do vídeo de forma direta. Isto incentiva a criminalidade, pois é uma espécie de estágio à ela.

## II - VOTO DA RELATORA

Vivemos, inquestionavelmente, numa era eletrônica computadorizada. A parafernália de objetos, máquinas e procedimentos que se valem da informática e de seus produtos eletrônicos fazem parte da vida cotidiana de todos, sem exceção. E é necessário reconhecer o quanto de benefício essa era nos trás - na produção, no consumo, na saúde, na economia, na educação, no lazer, e assim por diante, para não falar das revolucionárias celeridade e eficiência nos processos informacionais e de comunicação.

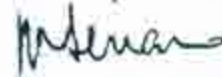
Contudo, a par desse lado benéfico, há que se reconhecer que a sociedade computadorizada, sorrateiramente, introduziu na vida das pessoas, sobretudo dos jovens, uma paixão, freqüentemente sem limites, por diversões e jogos. Claro que há diversões e jogos sadios. Mas há também aqueles que comprovadamente viciam ou incitam à violência. (Lembre-se aqui, por oportuno, a recente declaração de um jovem que se encontra preso em São Paulo, de que ao atirar, ferir e matar dentro de um cinema, pensou estar diante de uma tela de jogo de vídeo - como autor da ação, evidentemente. E o referido jovem, formando de medicina, de família estruturada, de classe média, com lastro cultural, mesmo que venha a ser considerado psicopata, é, antes de tudo, uma vítima da avassaladora onda de violência incitada por certos jogos eletrônicos de vídeo).

A proposta do ilustre parlamentar DE VELASCO tem grande mérito educacional e cultural, pois tem como objetivo coibir e controlar, pela força da lei, os jogos de vídeo com temas violentos, cujas ações coloquem o jogador no primeiro plano (autor ou co-autor da ação).

O projeto contém algumas imperfeições de técnica legislativa, inclusive de redação, que, tenho certeza, serão objeto de apreciação e correção por parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Diante do exposto, e considerando mais uma vez o mérito da proposta quanto a contribuir para o aperfeiçoamento educacional e cultural do nosso povo, sobretudo da nossa juventude, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3289, de 2000, do nobre Deputado DE VELASCO.

Sala da Comissão, em 1 de novembro de 2000.

  
Deputada MARISA SERRANO  
Relatora



### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 3.289/2000, nos termos do parecer da Relatora, Deputada Marisa Serrano.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Pedro Wilson, Presidente; Gilmar Machado, Marisa Serrano e Nelo Rodolfo, Vice-Presidentes; Agnelo Queiroz, Átila Lira, Eurico Miranda, Flávio Arns, João Matos, Jonival Lucas Júnior, Luis Barbosa, Osvaldo Biolchi, Zezé Perrella, Clementino Coelho, Lídia Quinan e Professor Luizinho.

Sala da Comissão, em 1 de novembro de 2000



Deputado Pedro Wilson  
Presidente

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 3.289/00

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimer Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 05/12/00 por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas projeto.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2000.



SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA  
Secretário



## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.289, de 2.000, de autoria do ilustre Deputado De Velasco, pretende tornar defeso o acesso e a comercialização de jogos de vídeo que incentivam a violência, porque dão ao jogador a impressão de ser o autor ou o co-autor de atos agressivos.

A proposição foi submetida ao juízo das Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição, Justiça e de Redação, esta, para os fins do art. 54 c.c. o art. 24, II, do R.I.C.D.

Da primeira Comissão, de mérito, mereceu aprovação, nos termos do voto do Relator, sem receber qualquer emenda e, nesta fase, encontra-se sob deliberação da C.C.J.R. para exame de sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Sem adentrar no mérito da proposição em exame, muito bem tratado no voto do relator da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, consigno que, quanto aos pré-requisitos indispensáveis ao seu trâmite regular nesta Casa, o Projeto de Lei em epígrafe observa as exigências para o seu regular processamento.

Com efeito, a par de competir a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional a iniciativa legislativa sobre a matéria da proposição em questão (ex vi art. 61, caput, da C.F.), essa não conflita com quaisquer princípios ou disposições da Constituição da República, estando, ainda, em perfeita adequação com o ordenamento infraconstitucional vigente.

Entretanto, quanto à técnica legislativa e redacional com que foi elaborada, a proposição está a merecer reparos, o que se fará, via Substitutivo.

Face ao acima exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.289, de 2.000, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2.001.

  
Deputado Bispo Rodrigues  
Relator.



## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.289, DE 2.000

Dispõe sobre os jogos de vídeo e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de jogos de vídeo ou similares que incentivem a violência contra a coisa, animal ou pessoa, nos quais o jogador se situe na posição de autor ou co-autor da ação, representada por braços ou mãos que empunham as armas ou acessórios que fazem parte do jogo.

Art. 2º Os estabelecimentos de acesso ao público que possuem em funcionamento máquinas de jogos eletrônicos que se enquadrem nas vedações previstas no art. 1º, deverão desativar esses equipamentos ou trocar a sua programação, adequando-a ao estabelecido por esta lei.

Art. 3º A violação do disposto nesta lei implicará as seguintes sanções:

I - multa no valor correspondente ao dobro do preço do equipamento;

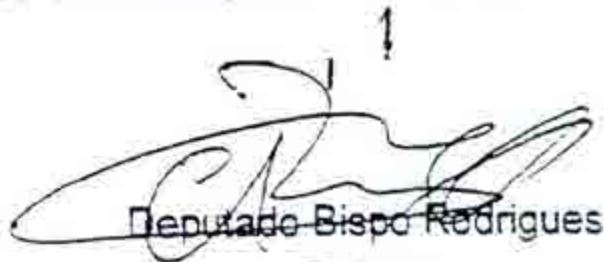
II - suspensão das atividades comerciais por trinta dias em caso de reincidência; e

III - encerramento das atividades do estabelecimento na segunda reincidência.

31050

Art. 4º Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2001.

  
Deputado Bispo Rodrigues  
Relator

**SUBSTITUTIVO ADOTADO – CCJR**

Dispõe sobre os jogos de video e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de jogos de video ou similares que incentivem a violência contra a coisa, animal ou pessoa, nos quais o jogador se situe na posição de autor ou co-autor da ação, representada por braços ou mãos que empenham as armas ou acessórios que fazem parte do jogo.

Art. 2º Os estabelecimentos de acesso ao público que possuem em funcionamento máquinas de jogos eletrônicos que se enquadrem nas vedações previstas no art. 1º, deverão desativar esses equipamentos ou trocar a sua programação, adequando-a ao estabelecido por esta lei.

MAURO BENEVIDES, NELO RODRIGO, ULLILO BALDINOTTI, USVALDO REIS, RICARDO RIQUE, ROBERTO BALESTRA e WAGNER ROSSI.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2001



Deputado INALDO LEITÃO  
Presidente

**SUBSTITUTIVO ADOTADO – CCJR**

Dispõe sobre os jogos de video e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de jogos de video ou similares que incentivem a violência contra a coisa, animal ou pessoa, nos quais o jogador se situe na posição de autor ou co-autor da ação, representada por braços ou mãos que empenham as armas ou acessórios que fazem parte do jogo.



Art. 2º Os estabelecimentos de acesso ao público que possuem em funcionamento máquinas de jogos eletrônicos que se enquadrem nas vedações previstas no art. 1º, deverão desativar esses equipamentos ou trocar a sua programação, adequando-a ao estabelecido por esta lei.

Art. 3º A violação do disposto nesta lei implicará as seguintes sanções:

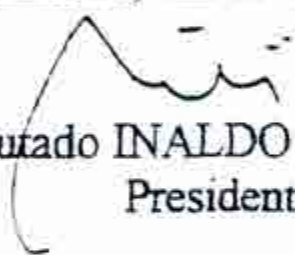
I - multa no valor correspondente ao dobro do preço do equipamento;

II - suspensão das atividades comerciais por trinta dias em caso de reincidência; e

III - encerramento das atividades do estabelecimento na segunda reincidência.

Art. 4º Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2001

  
Deputado INALDO LEITÃO  
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 260/07 Senado Federal

Comunica o arquivamento do PL nº 3.289/00.

Em: 27/03/07

Publique-se. Arquive-se

  
**ARLINDO CHINAGLIA**  
Presidente



Documento : 34462 - 37



Ponto: 6772 Ass:  Oriem:

Ofício nº 260 (SF)

Brasília, em 07 de fevereiro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Osmar Serraglio  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Comunicação de arquivamento de Projeto de Lei.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2002 (PL nº 3.289, de 2000, nessa Casa), que "Dispõe sobre os jogos de vídeo e dá outras providências", foi arquivado nos termos do disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme instruções contidas no Ato do Presidente do Senado Federal nº 97, de 2002.

Atenciosamente,



Senador Papaléo Paes  
no exercício da Primeira Secretaria



PRIMEIRA SECRETARIA


Em, 08/02/2007.

De ordem, ao Senhor Secretário-  
Geral da Mesa, para as devidas  
providências.



LUIZ CÉSAR LIMA COSTA  
Chefe de Gabinete

## Consulta Tramitação das Proposições

Proposição: **PL-3289/2000** Autor: **De Velasco - PSL / SP** 

Data de Apresentação: 27/06/2000

Apreciação: Proposição sujeita a apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA: Aguardando Relatório

Ementa: Dispor sobre jogos de vídeo.

**Explicação da Ementa:** PROIBINDO A COMERCIALIZAÇÃO DE JOGOS ELETRÔNICOS DE VÍDEO QUE INCENTIVEM A VIOLENCIA EM QUE O JOGADOR FIGURA NO PRIMEIRO PLANO, ISTO É, VÍDEO REPRESENTADO PELAS MÃOS OU BRAÇOS QUE EMPUNHAM ARMAS OU ACESSÓRIOS QUE FAZEM PARTE DO JOGO.


**Indexação:** PROIBIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, JOGO ELETRÔNICO, INCENTIVO, VIOLENCIA, PESSOAS, ANIMAL, SIMULAÇÃO, ARMA DE FOGO, CONCESSÃO, PRAZO, ESTABELECIMENTO COMERCIAL, ADAPTAÇÃO, MÁQUINA, PROGRAMAÇÃO, PENALIDADE, INPRATOR.

Despachos:


08/6/2000 - DESPACHO INICIAL A CCJF E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24, II.

Pareceres, Votos e Redação Final

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

PAR 1 CCJR (Parecer de Comissão) PRL 1 CCJR (Parecer do Relator) - Bispo Rodrigues 

- CEC (EDUCAÇÃO E CULTURA)

PAR 1 CECD (Parecer de Comissão) PRL 1 CECD (Parecer do Relator) - Marisa Serrano 

Substituições

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

SBT 1 CCJR (Substitutivo) - Bispo Rodrigues 


Publicação e firmatas

Publicação A de 02/11/2000 Publicação B de 21/02/2002 







Última Ação:


24/4/2002 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Remessa ao Senado Federal, através do DC PS-GSF/20/02

Atenção: esta é a proposta no formato como foi elaborada e não o tratado pelo sistema, devendo ser consultada nos originais respectivos.

|                 |   |
|-----------------|---|
| Análise Inicial |   |
| 27/6/2000       | PLNÁRIO (PLEN)<br>APRESENTAÇÃO E LEITURA DO PROJETO PELO DEP-DE   |
| 28/6/2000       | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)<br>DESPACHO INICIAL A CCJF E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24, II  |
| 28/6/2000       | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)<br>Publicação Inicial, DCJ 29/06/2000 PAG 3569,4 COL 01.  |
| 15/8/2000       | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)<br>ENCAMINHADO A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.   |
| 24/8/2000       | Comissão de Educação e Cultura (CEC)<br>RELATORA: DEP-MARISA SERRANO.   |
| 29/8/2000       | Comissão de Educação e Cultura (CEC)<br>PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.   |



|            |  |
|------------|--|
| 3/3/2000   | <b>Comissão de Educação e Cultura (CEC)</b><br>NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.   |
| 17/10/2000 | <b>Comissão de Educação e Cultura (CEC)</b><br>PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA, DEP. MARISA SERRANO.    |
| 1/11/2000  | <b>Comissão de Educação e Cultura (CEC)</b><br>APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA, DEP. MARISA SERRANO. (PL 3289-A, PROJ. DE LEI Nº 2000/PA, 53859 COL 02)                        |
| 18/11/2000 | <b>Comissão de Educação e Cultura (CEC)</b><br>ENCAMINHADO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.  |
| 10/11/2000 | <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b><br>RECEBIDO PELA COMISSÃO  |
| 29/11/2000 | <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b><br>RELATOR, DEP. BISPO RODRIGUES.  |
| 10/12/2000 | <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b><br>Recebida manifestação do Relator.    |
| 18/12/2000 | <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b><br>Parecer do Relator, Dep. Bispo Rodrigues, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com substitutivo.  |
| 11/12/2001 | <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b><br>Aprovado por Unanimidade o Parecer.   |
| 20/12/2001 | <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b><br>Encaminhado à CCP.  |
| 20/12/2002 | <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b><br>Encaminhamento à CCP para publicação.   |
| 21/12/2002 | <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b><br>Recebido para publicação.   |
| 23/12/2002 | <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b><br>Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação publicado no DCD de 21/12/2002 PÁG 1017 COL 02, Letra B, Encerramento.            |
| 27/12/2002 | <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b><br>Encaminhada à publicação.   |
| 12/3/2002  | <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b><br>Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de 12 a 18/03/02. DCD 12/03/02, Pág. 7254 Col. 01.                  |
| 19/3/2002  | <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b><br>Encerramento automático do Prazo para Recurso.  |
| 19/3/2002  | <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b><br>O/ SCM, P 104/02, a CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Voto 15, Parágrafo Quarto e Artigo 2º, II, do RI.   |
| 19/3/2002  | <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b><br>Encaminhado à CCP.  |
| 21/3/2002  | <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b>  |

|            |   |
|------------|---|
|            | Encaminhado à CCJR  |
| 21/01/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<br>Recebimento pelo CCJR   |
| 21/3/2002  | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<br>Designado Relator, Dep. Leo Alcântara   |
| 17/4/2002  | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<br>Recebida a Redação Final.  |
| 06/5/2002  | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<br>Aprovada a Redação Final por Unanimidade  |
| 22/4/2002  | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)<br>Encaminhada à publicação (republicação).  |
| 24/4/2002  | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)<br>Remessa ao Senado Federal, através do Of. PS-GSE/24/02.   |
| 18/5/2002  | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)<br>Recebimento do Ofício nº 260/07 (SE) comunicando o arquivamento da proposição.  |

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa